

Contabilidade Comunicativa No Contexto Das Sociedades Cooperativas

MOURA, Adriana de¹; TRETER, Jaciara²

Resumo

Este artigo buscou, por meio de pesquisa bibliográfica e coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, identificar quais os meios que o profissional contábil, das sociedades cooperativas, utilizam para que a informação contábil chegue até seus usuários e para que se faça entendível no seu processo de transmissão. A pesquisa se classifica como qualitativa e descritiva, visou ainda, no contexto da contabilidade comunicativa, identificar como se dá este processo em cooperativas de diferentes segmentos, com o intuito de verificar se existem as mesmas dificuldades, e/ou facilidades no processo de comunicação contábil, em ramos distintos. Foram entrevistados profissionais de quatro cooperativas da cidade de Cruz Alta, nos ramos de crédito, educação, produção e saúde, escolhidas pelo critério de acessibilidade. A principal constatação foi as que o processo de transmissão das informações contábeis apresenta dificuldades consideráveis no que tange ao seu entendimento, pois conforme os entrevistados, os usuários possuem limitações para sua compreensão, principalmente em relação às demonstrações obrigatórias. Ainda assim é notável a presença de aspectos, seja da contabilidade comunicativa ou da teoria da comunicação, em três das quatro cooperativas alvo deste estudo, onde são empregados recursos que fazem o papel de facilitador e a linguagem é voltada ao usuário desta informação, com o intuito de torná-la mais clara.

Palavras-chaves: Contabilidade Comunicativa, Teoria da Comunicação, Cooperativas, Associados, Informação.

ABSTRACT

This article sought through literature search and data collection through semi-structured interviews, identify which means that the accounting professional, cooperative societies use to which the financial information reaches its users and that is made understandable in the process transmission. The research is classified as qualitative and descriptive, also aimed to in the context of communicative accounting, identify how is this process in cooperatives from different segments, in order to check for the same difficulties and/or facilities in accounting communication process in different branches. Professionals were interviewed four cooperatives in the Cruz Altacity, the credit branches, education, production and health, chosen by accessibility criteria. The main finding was that transfer of financial information process presents considerable difficulties in terms of their understanding, for as respondents, users have limitations to their understanding, especially in relation to the compulsory statements. Yet it is remarkable the presence of aspects, be communicative accounting or communication theory, in three of the four target cooperatives of this study, which are used features that make the role of facilitator and the language is aimed at the user of this information, with order to make it clearer.

Keywords: *communicative Accounting, communication theory, cooperatives, Associated, Information.*

¹Acadêmico(a)do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – Email:adrilimamoura@gmail.com .

²Professora do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas e em Ciências Contábeis – UFSM e mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania – UNIJUÍ. Email: jtretter@unicruz.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A ciência contábil abrange todas as formas de organização, exercendo importância fundamental em todas elas. Permite, através do registro das movimentações de seu patrimônio e elaboração das demonstrações contábeis, atender às demandas legais, e fornecer informações relevantes para o processo decisório.

A transmissão destas informações se realiza através do contador, figura ímpar no que se trata de contabilidade, pois é por meio de sua atuação que se atinge, ou busca atingir, um dos objetivos básicos da contabilidade, o de fornecer informações de caráter relevante aos seus usuários. Cabe, portanto, a este agente, a função de contribuir para todo o processo de comunicação. Hoje, seu papel, mais do que nunca, não se restringe à elaboração de demonstrações contábeis, mas se tornou figura indispensável para melhora significativa do processo de tomada de decisões, sendo fundamental que todas as mensagens transmitidas por ele sejam entendíveis a quaisquer que sejam seus receptores.

Este papel é o que se verifica em todos os tipos de organizações, como também nas instituições que tem características próprias, como por exemplo, as cooperativas. Estas, visam primordialmente prestar serviços de conveniência de seus associados, sem objetivo de lucro, embora a busca por resultados positivos seja sempre desejável.

Nesta forma de organização, além dos livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação, é obrigatório o livro de presença dos associados nas assembleias gerais, os quais participam diretamente na tomada de decisões. Logo, é possível inferir que o quadro de usuários a quem se destinam estas informações é composto por pessoas com distintos níveis de conhecimento, o que se configura um desafio ao contador responsável pela transmissão das informações de forma clara e objetiva.

Neste sentido, a teoria da comunicação, aliada à contabilidade comunicativa, é vista como uma ferramenta para facilitar a transmissão destas mesmas informações aos diferentes estratos de interessados. Aos contadores das cooperativas, além de cumprir o papel que lhe é instituído por natureza de sua formação, cabe a responsabilidade de decodificador de informações contábeis, para que estas informações atinjam de uma única vez usuários com distintos níveis de conhecimento e possam ser assimiladas por eles.

Portanto, a proposta do estudo buscou interpelar os profissionais contábeis especificamente desta área, com o intuito de identificar quais os meios que eles utilizam para atingir seus usuários e se fazerem entendíveis no processo de transmissão de informações. E

também questioná-los, no contexto da contabilidade comunicativa, para especificar como se dá este processo em cooperativas de diferentes segmentos da cidade de Cruz Alta, visando identificar se existem as mesmas dificuldades e ou facilidades, no processo de comunicação contábil, em ramos distintos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo demonstra a fundamentação teórica, atrelada à bibliografia utilizada na realização do estudo proposto. Tem por início evidenciar a ligação da contabilidade comunicativa com a teoria da comunicação, e na sequência, traz os conceitos fundamentais sobre teoria da comunicação, cooperativas e suas designações mais importantes.

2.1 Contabilidade Comunicativa sob o viés da Teoria da Comunicação

O objetivo principal da contabilidade é fornecer informações econômicas, físicas, de produtividade e sociais, relevantes para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança. A contabilidade deve ter ainda flexibilidade para fornecer conjuntos diferenciados de informações para usuários ou decisões especiais (IUDÍCIBUS, 2006).

Para Hendriksen e Van Breda (1999), a teoria da comunicação quando associada à contabilidade, pode ser vista como um conjunto coerente de princípios lógicos, que ofereçam melhor compreensão das práticas existentes a contadores, investidores, administradores e estudantes, para que os mesmos possam contribuir para o desenvolvimento de novas práticas e novos procedimentos mais esclarecedores.

Em regra geral, os autores acreditam que a teoria da comunicação fornece bases metodológicas para aprimorar a evidenciação contábil, com base nas semelhanças entre o processo geral de comunicação e o processo contábil. Para Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009, p. 336) “se em última instância o objetivo da contabilidade é alcançar êxito no processo de comunicação para que as suas mensagens possam influenciar decisões, importa buscar na Teoria da Comunicação o que se deve entender por comunicar.”

Neste sentido, é importante destacar que a teoria serve para mostrar que se o objetivo da comunicação é influenciar comportamento, o destinatário da informação ocupa papel de destaque, sendo de vital importância para o sucesso da transmissão, que se escolha um código para compor a mensagem, familiar ao receptor. De mesmo modo, quando se define o conteúdo da mensagem é necessário que este tenha relevância para o receptor, sendo indispensável sua posição no contexto sociocultural, entre outros fatores que o contador

acredite que possam influenciar na comunicação (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009).

É imprescindível para que o contador garanta êxito no processo de comunicar, e conseqüentemente, influenciar comportamentos, que se utilize de toda a sua capacidade comunicativa e das ferramentas certas, adaptáveis a qualquer grupo de usuários. Pois, é vital para a prosperidade e crescimento da organização, que todos os interessados tenham o mesmo objetivo e entendimento sobre o patrimônio em questão.

A teoria da comunicação foi formulada em 1948 por Claude E. Shannon e publicada em 1949, acrescida de comentários de Weaver, e inicialmente tinha como propósito solucionar problemas de otimização de custos incorridos na transmissão de sinais. Pretendia-se estabelecer um sistema geral de comunicação mais adequado para reproduzir em determinado ponto, de maneira bastante clara, uma mensagem selecionada em outro ponto (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009).

Ainda que a teoria da comunicação envolva intimamente custos de produção e, que os mesmos sejam fundamentais à contabilidade, estudos relacionando as duas áreas são ainda incipientes no Brasil. Os pioneiros em alinhar intimamente os dois temas são Ribeiro Filho; Lopes e Pederneiras em sua obra intitulada *Estudando Teoria da Contabilidade* (2009), onde eles esclarecem que o objetivo de Shannon era delinear um quadro matemático que possibilitasse quantificar o custo de uma mensagem transportada entre dois pólos.

A teoria relata a importância de elementos fundamentais como: A Fonte da Informação que seleciona a mensagem a ser transmitida; O Transmissor que transforma a mensagem em sinal e a envia ao receptor, por meio do canal de comunicação; O Canal que transporta o sinal, e por fim, o Receptor, que assim como o Emissor, atua como conversor de sinais, cabendo-lhe o papel de decodificar a mensagem (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009).

Conforme os autores, na área contábil, diversos outros autores têm reconhecido os méritos do modelo geral de comunicação, ainda mais no que se trata de instrumento de apoio e desenvolvimento de pesquisas.

O modelo de Shannon e Weaver (1949) influenciou consideravelmente a pesquisa em comunicação. Pesquisadores em diferentes campos de comunicação, incluindo comunicação humana, telecomunicações, comunicações de massa e comunicação contábil, definiram suas estruturas conceituais baseando-se neste modelo (GIRARD 1990 *apud* RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009, p.339).

Ainda, segundo os autores, de modo geral, os literários que reconhecem a contabilidade como processo de comunicação, sugerem como parâmetro básico a utilização

do modelo de Shannon e Weaver, para descrever o processo de comunicação das informações contábeis.

A teoria da comunicação, que tem por base o modelo de Shanno e Weaver fornece subsídios e técnicas para superar problemas de comunicação em várias áreas, inclusive a contabilidade. Essas técnicas, quando dominadas e empregadas com maestria, são primordiais para superar entraves de comunicação e tornar assim a contabilidade, de fato, comunicativa.

2.2 Processo de Comunicação Contábil: Modelo de Bedford e Beladouni

Parece ser fato bem aceito entre os autores e estudiosos do ramo contábil que o papel primordial da contabilidade é comunicar informações, para subsidiar decisões por parte de diversos estratos de usuários. De mesma forma, também há consenso de que a contabilidade não pode cumprir seu objetivo de forma apropriada sem cuidar da função comunicativa, mesmo porque de acordo com Ribeiro Filho, Lopes e Pederneira (2009, p. 340):

[...] as informações contábeis só adquirem utilidade quando atingem o destinatário certo, com conteúdo certo, no lugar certo, ao custo certo e na hora certa. Assim, pode-se afirmar que elas não possuem utilidade intrínseca, mas somente quando conseguem motivar decisões de melhor qualidade em relação às que seriam adotadas em sua ausência.

Os fatores que comprometem a compreensão das informações contábeis podem ser mais facilmente identificados quando se considera o processo de comunicação como um todo, envolvendo seus diversos componentes. Sejam eles: os produtores das informações, os usuários, o código linguístico empregado, os canais de transmissão das informações, e demais componentes passíveis de influenciar o processo comunicativo. Neste contexto, tem sido propostos diversos modelos para explicar e solucionar entraves no processo de comunicação contábil.

De acordo com Ribeiro Filho, Lopes e Pederneira (2009), o modelo de Bedford e Beladouri considera quatro elementos básicos, que são os eventos econômicos, o contador, as demonstrações contábeis e os usuários das demonstrações. Adicionalmente, o modelo considera conceitos como de fidelidade, significância e *feedback*, e é envolvido e alimentado pelos eventos econômicos em que se desenrola a comunicação contábil.

Assim como a teoria da comunicação, o modelo pondera que os eventos econômicos representam a fonte das mensagens contábeis. O contador simboliza o emissor; os relatórios contábeis são o canal de transmissão; e os usuários representam os destinatários das mensagens.

Ainda segundo Ribeiro Filho, Lopes e Pederneira (2009), o modelo de Bedford e Beladouni, pondera acerca da importância de se transmitir uma mensagem com cem por cento de fidelidade e de esta ser da mesma forma interpretada pelo seu destinatário. Entretanto, raramente as mensagens são codificadas e decodificadas com cem por cento de fidelidade.

2.3 O papel do profissional contábil perante os usuários das informações

A presença do profissional contábil é cada vez mais imprescindível para a sociedade. Não mais atrelado ao seu papel historicamente conhecido de guarda-livros, o contabilista tem hoje seus esforços voltados ao desenvolvimento humano, organizacional e social. Deve estar qualificado para acompanhar as constantes mudanças e se adaptar às novas realidades e exigências do mercado.

Para Cotrin, Santos e Zotte (2012), hoje, a função básica do contador é produzir informações úteis, transparentes e objetivas aos usuários para a tomada de decisão, pois cada número e informação têm seu significado, e cada dado avaliado traduz a representatividade dos negócios da empresa.

Conforme Limirio (2015), os contadores são permanentemente cobrados pelos usuários de seus serviços, que visam sempre e cada vez mais, qualidade e eficiência. Dados passados não são mais suficientes, o que se demanda atualmente, são orientações e previsões para o futuro. Mudanças na economia automaticamente refletem em mudanças nas empresas e muitas vezes, no comportamento de suas finanças. Para tanto, compete ao profissional contábil estar permanentemente atualizado, de forma a orientar e auxiliar o seu cliente na condução a melhor tomada de decisão.

O novo perfil do profissional contábil é de uma pessoa que reúna conhecimentos técnicos e gerenciais, e que possa atuar também como consultor interno ou como analista de negócios, pois supõe-se que entenda a lógica das contas e o que elas fornecem de informações, para que se tomem as decisões. Essa mudança de atribuições e expansão de área profissional, só foi possível graças aos avanços tecnológicos da informática, que propiciaram liberação de alguns trabalhos rotineiros, permitindo disponibilidade de tempo para analisar e interpretar as informações contábeis de maneira mais ampla (COTRIN; SANTOS; ZOTTE, 2012).

É muito importante que o contabilista exerça a profissão com ética, qualidade e honestidade, pois possui acesso a muitas informações, sendo algumas sigilosas, por isso é ocupado por esse profissional um cargo de confiança e respeito dentro da organização [...] O atual ambiente empresarial, caracterizado por uma grande concorrência, tem exigido que os contadores estejam em constante evolução, ampliando suas habilidades pessoais, entendimento do negócio e participando ativamente no processo de gestão para atender de forma eficaz as demandas desse

novo ambiente, definindo assim o novo perfil do profissional contábil (COTRIN; SANTOS; ZOTTE, 2012, p.51).

É de comum acordo entre os autores, que o contador exerce papel vital dentro e fora das organizações, pois se a contabilidade é instrumento para tomada de decisões, cabe a este profissional, que trabalha diretamente com essa ciência, transmitir as informações geradas por ele mesmo, de maneira a se fazer entendido por todos os interessados na continuidade e prosperidade da organização. Compete a ele, fazer uso de uma linguagem que lhe permita ter êxito em despertar nos receptores, o comportamento desejado.

2.4 Cooperativas

Conforme Portal do Cooperativismo Financeiro (2015), a Aliança Cooperativa Internacional considera como marco do nascimento do cooperativismo a união dos 28 tecelões de Rochdale, Inglaterra. Em 1844, em plena Revolução Industrial, em que as condições de trabalho eram péssimas, 28 tecelões se organizaram e criaram uma cooperativa de consumo nos moldes que conhecemos hoje. Organização essa regida por valores próprios, em que o ser humano deveria ter condições dignas de trabalho, e a democracia, vista sempre como a forma de solucionar os problemas.

O cooperativismo no Brasil, ganha forças em meados do século XIX, quando o Frances Jean Manurice Faivre, fundou no sertão do Paraná a Colônia de Thereza Cristina, tendo por base o ideal cooperativista. Destaca-se também a atuação Pe. Theodor Amstad em 1902, no estado do Rio Grande do Sul, que inspirou os padres jesuítas e as pequenas comunidades rurais a trabalharem motivadas pelo princípio da ajuda mútua (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2008).

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP (SESCOOP, 2015, não paginado) cooperativismo “é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência.”, ou seja, consiste em toda forma de organização que vise e promova o bem comum.

Seguido a mesma linha de pensamento, Becker (2004, p. 45) entende que o cooperativismo “é um sistema, um movimento, ou simplesmente, uma atitude ou disposição” e considera as cooperativas como sendo uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas em que seus integrantes agem coletivamente para um mesmo fim, ou seja, em prol de um mesmo propósito.

Quanto ao cooperado, Santos, Gouveia e Vieira (2008, p. 31-32) defendem que:

O cooperado é o produtor rural, agropastoril e de pesca dono dos meios de produção, dedicado a essa atividade por conta própria. Apresenta-se na forma de pessoa física ou jurídica, dentro da área de atuação da Sociedade Cooperativa, com livre disposição de seus produtos.

Em uma linha de raciocínio mais ampla, Becker (2004, p. 45) define cooperado em sendo:

O produtor rural, o trabalhador urbano ou outro profissional de qualquer atividade socioeconômica que se associa para participar ativamente de uma sociedade cooperativa, cumprindo com os seus deveres e observando seus direitos.

O que se pode observar claramente com base nos autores é que independente da atividade que exerça, o cooperado escolhe como forma de se organizar economicamente, fazer parte de uma sociedade cooperativa, e trabalhar em conjunto para melhoria da coletividade, visando o crescimento e fortalecimento da unidade através da ajuda mútua.

Sociedade cooperativa é uma associação de pessoas com interesses em comum, economicamente organizada, de forma democrática, ou seja, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. As Sociedades Cooperativas são reguladas pela Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu seu regime jurídico.

Esta lei define cooperativa como sendo “atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou Coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público” (Art. 1º). E ainda prevê, no parágrafo único do capítulo I, estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional que serão exercidas na forma desta Lei, e das normas que surgirem em sua decorrência.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI (ACI, 2009, não paginado) traz a seguinte descrição de cooperativa: “É uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”.

As sociedades cooperativas apresentam características próprias, distintas das demais instituições, como ter por objetivo principal a prestação de serviços; ter um número ilimitado de cooperados; livre admissão e controle democrático, onde cada pessoa possui direito a um voto. Nas assembleias, o quórum é baseado no número de cooperados e não é permitida a transferência das quotas-parte a terceiros, estranhos à sociedade, ainda que por herança. As transferências relativas a retorno dos resultados é baseada nos valores das operações que cada associado teve com a cooperativa (LEI nº 5.764/1971).

No Brasil, conforme a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - OCERGS (OCERGS, 2015) o cooperativismo abrange 13 áreas econômicas: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo. Em 2010, existiam mais de 6.652 cooperativas, congregando mais de 9 milhões de cooperados e empregando por volta de 290 mil trabalhadores. Ou seja, trata-se de um sistema econômico e social de relevância indiscutível e que merece especial atenção.

Nesta forma de organização, os associados ou cooperados, possuem direitos e deveres. Entre os direitos se pode citar: votar e ser votado; participar das operações da cooperativa; receber retorno proporcional as suas operações; analisar livros e documentos; solicitar esclarecimentos ao Conselho Administrativo; opinar; demitir-se da cooperativa e ser reembolsado de seu capital de acordo com o que rege o estatuto. As obrigações são participar das assembleias; operar com a cooperativa; acatar decisões da maioria; votar; cumprir seus compromissos para com a mesma; denunciar falhas e se manter informado a respeito da cooperativa (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2008).

São classificadas, de acordo com a Lei nº 5.764/71, em seu art. 6º, em singulares: constituídas pelo número mínimo de 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas ou, aquelas sem fins lucrativos, com prestação direta de serviços aos associados; Cooperativas centrais ou federações de cooperativas, constituídas de, no mínimo, três singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais; e confederações de cooperativas, as constituídas, por no mínimo três federações de cooperativas ou cooperativas centrais, de mesma ou de diferentes modalidades.

Conforme Santos, Gouveia e Vieira (2008), as sociedades cooperativas se diferenciam das demais formas de organização por cinco elementos básicos:

- Formação do Quando Social, que define que a sociedade deverá ser constituída por um número mínimo de associados, não havendo número máximo e a adesão deverá ser livre e voluntária;
- O Capital Social que é variável, portanto, aumenta ou diminui na proporção do número de associados, sendo desnecessário alteração do Estatuto Social. Cabível relembrar que é intransferível por parte do associado sua quota-parte a terceiros;
- Representatividade: As decisões acerca dos rumos da cooperativa são tomadas de forma democrática, logo é administrada com base nas decisões tomadas em assembleias, onde cada

associado possui direito a um voto, independentemente do capital integralizado que possua na cooperativa;

- Sobra Líquida, que representam o famoso “Lucro” nas demais formas de organizações, são redistribuídas aos associados em proporção as operações por eles realizadas na cooperativa, e por fim,

- O Objeto Social que corresponde à prestação direta de serviços de qualquer gênero aos associados.

Por terem essa série de características próprias, as cooperativas angariam cada vez número maior de associados, além de oferecerem uma gama cada vez mais diversificada de serviços. Algumas cooperativas de crédito distribuem as sobras, ou seja, recursos financeiros, diretamente na conta corrente dos associados, caracterizando assim mais um diferencial cooperativo.

2.5 Contabilidade das Sociedades Cooperativas

A contabilidade é uma ferramenta ímpar para a tomada de decisões, possibilitando aos usuários, externos e internos, uma visão real da situação econômica da entidade. No caso das sociedades cooperativas, não poderia ser diferente, pois é através deste instrumento que seus associados ou cooperados exercem uma de suas funções obrigatórias, de acompanhar os resultados, e também, o direito de votar naquela que julgar a melhor opção a seguir para prosperidade da sociedade e o bem comum.

Os objetivos principais da contabilidade das sociedades cooperativas é prestar conta dos atos econômicos e financeiros, mediante registros e documentos em que constem todas as informações necessárias à clareza das operações. Controlar a existência de bens, assim como prestar conta de todas as entradas e saídas de valores. Expressar a situação patrimonial e demonstrar perante os órgãos deliberativos, fiscalizadores e diretivos, a forma e modo como foram cumpridos os fins sociais (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2008).

Ainda segundo os autores, as demonstrações contábeis das Sociedades Cooperativas foram padronizadas pelo Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras (PLANCOOP) em 1972. Mais tarde, as cooperativas passaram a basear-se nas normas estabelecidas pela legislação das sociedades anônimas, resultando em distorções e dificuldades em prestar informações claras e objetivas. Em 2001, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou as NBCT 10.8 que trata de aspectos contábeis específicos de sociedades cooperativas e, em 2002, a NBC T 10.21, que trata de aspectos contábeis específicos de cooperativas de saúde.

As modificações impostas pela Lei n.º 6.404/76 passaram a ser consideradas pelas instituições financeiras, quando da análise dos balanços, o que levou muitas Cooperativas a adotá-los como padrão para preparação das demonstrações contábeis, exceto na demonstração do resultado, onde a lei cooperativista determina que a mesma seja preparada com os resultados por atividades, ou seja, por produto ou setor (CHIDELMIR, 2015).

Com a Lei n.º 6.404/76, as demonstrações contábeis passaram a ser compostas de balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; e demonstração das origens e aplicações de recursos. As referidas demonstrações devem ser acompanhadas de notas explicativas e, obrigatoriamente, publicadas comparativamente às do exercício anterior, em jornais de grande circulação, para as cooperativas que, por seu volume econômico, despertem interesse de avaliação de seu desempenho por outros usuários, além do quadro social.

A Lei n.º 5.764/71, obriga as cooperativas a constituir o Fundo de Reserva que é destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com ao menos 10%, das sobras líquidas do exercício e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Este se destina à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, aos empregados, se previsto em estatuto, constituído de no mínimo 5% das sobras líquidas apuradas no exercício (CHIDELMIR, 2015).

Ainda, conforme a Lei nº 5.764/71, a cooperativa deverá manter obrigatoriamente, além dos Livros exigidos pela legislação contábil e fiscal, os Livros de Matrícula, Atas de Assembleias Gerais, Atas dos Órgãos de Administração, Atas do Conselho Fiscal e Presença dos Associados nas Assembleias Gerais.

Todos estes livros e exigências legais visam assegurar legalidade, uniformidade e transparência em todos os atos da administração das cooperativas, pois cada associado é dono da cooperativa a qual faz parte, e tem o direito e dever de acompanhar os rumos da mesma e defender os interesses da coletividade.

3 METODOLOGIA

A metodologia consiste nas técnicas empregadas para elaboração de um trabalho científico, e pode ser classificada de acordo com as suas características específicas.

Quanto à forma de abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se em qualitativa, pois segundo Vianna (2013) “o ambiente natural é fonte direta para coleta de

dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados.” Em mesma linha de pensamento faz parte da pesquisa qualitativa, segundo Neves (1996, p. 1)

[...] a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Neste contexto, a pesquisa se classifica como qualitativa, quanto à abordagem do problema e descritiva quanto aos seus objetivos. Pois é no ambiente das cooperativas que foram coletadas informações, mediante contato direto com os contadores e responsáveis pela divulgação das demonstrações.

Seu aspecto descritivo revela-se por buscar esclarecer como de fato os contadores conseguem levar as informações contábeis aos associados, bem como a forma de abordagem por eles utilizada para conseguir se fazer entender nesse processo de prestar informações a interessados, com diferentes níveis de conhecimento.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e multicaso. Segundo Martins e Theóphilo (2009, p.54):

A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente - análise teórica - ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.

Para Oliveira (2015), o método de estudo de caso é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo, é um estudo empírico que busca determinar ou testar uma teoria, tem como uma das fontes de informações mais relevantes, as entrevistas, pois assim o entrevistado vai expressar sua opinião sobre determinado assunto.

Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p.62).

Com base nestas definições, a pesquisa é bibliográfica e multicaso, pois o tema abordado é amplo e extremamente complexo. Cada profissional tem suas particularidades no que tange à forma de fornecer informações. Foram entrevistados contadores ou representantes de quatro cooperativas, de diferentes segmentos, nas áreas de crédito, educação, produção e saúde. Tendo como plataforma teórica a pesquisa bibliográfica já realizada.

As entrevistas foram baseadas em roteiro semiestruturado e gravadas, o que propício riqueza de detalhes. As respostas foram analisadas em comparativa entre as próprias cooperativas e os preceitos da teoria da comunicação voltada à contabilidade comunicativa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é descrever as informações coletadas durante a realização das entrevistas nas quatro cooperativas estudadas. Bem como as possíveis discussões acerca do objetivo principal deste trabalho, o de identificar como ocorre o processo de transmissão das informações contábeis aos usuários, pelos contadores da cidade de Cruz Alta, no contexto da contabilidade comunicativa.

O quadro 1, sintetiza as principais características das cooperativas pesquisadas

COOPERATIVA	SEGMENTO	ENTREVISTADO	Nº DE ASSOCIADOS
A	Crédito	Diretor Administrativo	1.450
B	Educação	Presidente	25
C	Produção	Contador	171.000
D	Saúde	Contador	35

Quadro 01: Principais características das cooperativas pesquisadas
Fonte: A autora (2015)

A cooperativa **A** passará a fazer referência à cooperativa de crédito, na qual o entrevistado foi o diretor administrativo. Por se tratar de uma unidade de atendimento e fazer parte de um grupo regional, a contabilidade de toda a cooperativa é elaborada em sua central. No entanto, o diretor administrativo acompanha o processo contábil indiretamente, sendo figura indispensável nas assembleias de prestação de contas aos associados.

Na cooperativa **B**, o entrevistado foi o presidente, que apesar de não elaborar as demonstrações contábeis, pois quem as faz é um escritório contratado, acompanha mensalmente os demonstrativos fornecidos pelo contador, além de elaborar relatórios financeiros e o livro diário. É o próprio presidente quem apresenta a prestação de contas nas assembleias anuais.

A cooperativa **C**, corresponde à de produção, e representa uma particularidade nas cooperativas entrevistadas, pois se trata de uma cooperativa central, a qual representa as principais cooperativas agropecuárias gaúchas, situadas em mais de 350 municípios dentro do estado. O entrevistado foi o próprio contador, responsável pela elaboração das demonstrações

contábeis de toda a cooperativa e também por apresentá-las aos representantes das cooperativas associadas.

Na cooperativa **D**, a de saúde, a entrevistada foi a contadora, que além de ser a responsável pela elaboração da contabilidade desta cooperativa, é também pela prestação de contas nas assembleias anuais.

4.1 Teoria da comunicação: aspectos voltados à contabilidade comunicativa

Neste item será abordada a relação entre a teoria da comunicação e a contabilidade comunicativa, no contexto das cooperativas estudadas. A teoria da comunicação é usada como uma das bases voltadas à contabilidade comunicativa, pois quando se busca transmitir informações, nada mais relevante que se empregue mecanismos desta teoria, que visa, primordialmente, a comunicação pura e clara, ou seja, livre de qualquer interferência que prejudique o entendimento total da informação.

Dias Filho e Nakagawa (2001, p. 2) esteiam: “a Teoria da Comunicação define parâmetros para avaliar o ato comunicativo, sugere-se que tais disciplinas podem contribuir para aumentar a eficácia da evidenciação contábil”.

Conforme visto no referencial teórico, segundo a teoria da comunicação, na contabilidade se pode identificar o seguinte cabeamento de transmissão de informações:

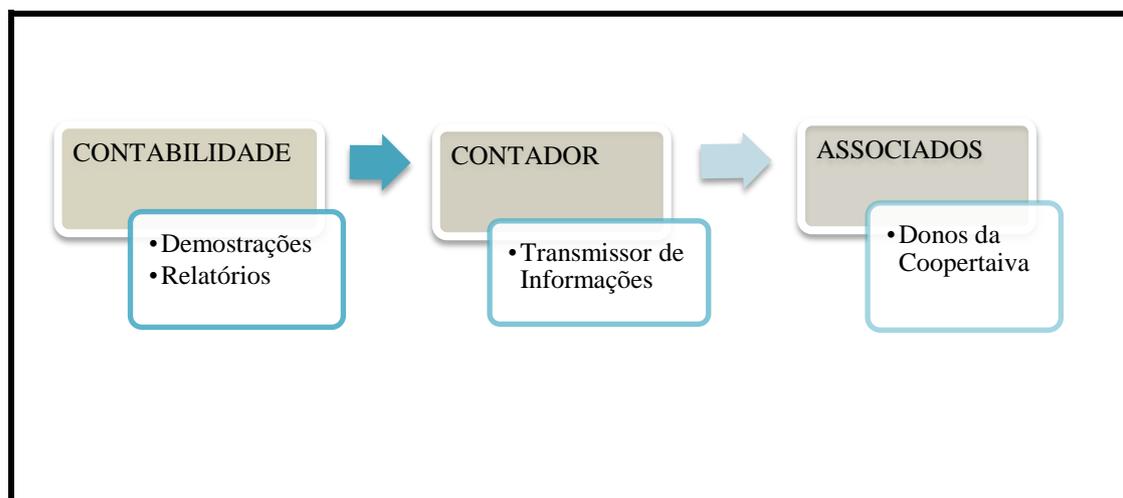


Figura 01: Esquema básico da comunicação contábil
Fonte: Adaptado de Ribeiro Filho, Lopes e Pederneira. (2009, p. 341)

Conforme mostra o fluxograma, a contabilidade da cooperativa é onde se origina a comunicação. O codificador, representado pelo contador, elabora a contabilidade e retira dela a mensagem a ser transmitida por meio de um canal, que consiste nas demonstrações

contábeis, auxiliado por um mecanismo de sua escolha, que contribua para o entendimento dos associados.

O codificador, ou seja, o contador e/ou responsável pela transmissão das informações geradas na contabilidade, leva a mensagem produzida ao receptor, a quem a mensagem se destina, neste caso, representado pela figura dos associados, que são os donos da cooperativa. É válido destacar que é por meio deles, os associados, que os rumos a serem seguidos pela cooperativa serão determinados.

Cabe ao contador o papel de transmitir a mensagem de forma clara, desprovida de termos especificamente técnicos, e voltada à cultura de seus usuários, engajada com o ramo de atuação da cooperativa e a cultura de seus associados. É o vetor que conduz os dois extremos: informações contábeis e usuários. No entanto, é o receptor que representa o dono da mensagem, pois é quem recebe a mensagem que definirá o quanto o contador obteve êxito em seu papel.

Nas quatro cooperativas entrevistadas, se pode verificar que o contador ou o entrevistado em questão, tem ciência da importância que exerce dentro e para a cooperativa. Em ambos os casos, se pode perceber que o responsável pela transmissão das informações busca encontrar, dentro das formas legais, uma que componha um equilíbrio entre as informações que contabilidade tem o dever de prestar e as informações que devem ser assimiladas ao usuário, no caso, o associado.

4.2 Informações contábeis

As cooperativas possuem legislação própria que as condiciona a adotar alguns procedimentos específicos em relação ao associado, visando que a prestação de contas se proceda de forma mais transparente.

As demonstrações contábeis obrigatórias, entre as quais se destacam o Balanço patrimonial, Demonstração de sobras ou perdas, Demonstração das mutações do patrimônio líquido e Demonstração das origens e aplicações dos recursos, precisam ser necessariamente apresentadas nas assembleias anuais, em comparativo com o ano anterior, e publicadas em sites e ou jornais de grande circulação.

Quanto ao fluxo de informações contábeis a ser transmitido nas assembleias, que visam a prestação de contas, das quatro cooperativas estudadas, em três delas esse fluxo é totalmente definido pelo contador e o diretor administrativo. No entanto, cada cooperativa trabalha com uma forma própria de tornar esta prestação de contas mais clara aos seus associados.

Em relação à cooperativa A, as informações são geradas pela contabilidade e direcionadas ao diretor administrativo, que já exerceu a função de contador, *controller* e auditor interno. Na assembleia de prestação de contas são apresentadas as demonstrações obrigatórias, conforme previsto na legislação, com a contribuição do diretor administrativo.

Na cooperativa B, o presidente recebe as informações contábeis mensalmente de um escritório terceirizado, analisa, e confronta com os relatórios financeiros elaborado por ele mesmo. Trimestralmente, esses relatórios são resumidos e transformados em um único, enviado a todos os associados via email, com a finalidade de mantê-los sempre informados da situação financeira da cooperativa. Ou seja, percebe-se neste caso em específico, que o presidente se envolve intensamente no processo de decodificação da informação contábil, garantindo que estas informações sejam entendíveis pelos usuários.

Diferente da cooperativa B, na cooperativa C as informações contábeis transmitidas na assembleia de prestação de contas são geradas e selecionadas pelo próprio contador, que exerce a função há sete anos. Embora não seja ele o responsável pela prestação de contas diretamente aos produtores, por se tratar de uma central, é ele quem tem a função de levar estas informações aos gestores das cooperativas associadas, ou seja, à administração geral.

No processo de prestação de contas, o contador seleciona as informações mais relevantes à administração, as quais consistem basicamente em um demonstrativo por unidade de negócio, a pontuação das principais receitas e despesas e o resultado final, bem como a utilização das sobras.

Na cooperativa D, o quadro de associados é composto exclusivamente por médicos. As informações contábeis a serem transmitidas são apontadas exclusivamente pela contadora, que exerce a função há 26 anos. Neste caso, existem órgãos reguladores como a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que exige padrões em âmbito nacional, fato que segundo a contadora entrevistada, dificulta ainda mais as questões contábeis, em função da série de exigências a serem observadas na elaboração das demonstrações. Além de que estas exigências aumentam consideravelmente o grau de complexidade e entendimento dos associados.

Sendo assim, o setor contábil da cooperativa D, gera relatórios e demonstrativos adicionais de despesa, custos, receita e resultado, para apresentá-los na assembleia anual. Cabível destacar que esses relatórios e demonstrativos são adicionais às demonstrações obrigatórias, com o intuito de transmitir estas mesmas informações obrigatórias de maneira mais acessível a seus associados.

Mesmo para a direção da cooperativa é apresentado, mensalmente, um relatório financeiro baseado na contabilidade, bem como os principais indicadores financeiros em comparativo com as instituições de saúde de mesmo porte, de outras regiões. Neste relatório, a contadora procura também pontuar as questões importantes, ou seja, despesas muito elevadas, ou que saem dos padrões considerados normais para o período, tentando evitar qualquer distorção agravante no resultado final da cooperativa. Ou seja, observa-se claramente através destas ações, a preocupação em tornar a informação contábil útil ao usuário, exercendo a contabilidade comunicativa.

Além disto, estas ações revelam uma função eminentemente gerencial, que de modo transversal, acaba por contribuir para o estreitamento das relações entre direção e associados, fomentando uma relação de confiança, a qual beneficia toda a cooperativa. Pode-se perceber que nas quatro cooperativas estudadas, a presença da informação por si só não possibilita entendimento sobre as questões contábeis. É fundamental a presença de um decodificador destas informações, que atua como facilitadores, construindo, seja pela experiência de atuação no cargo ou pelo entendimento das questões contábeis, uma ponte entre a contabilidade e os associados.

É de grande valia destacar que ambos os entrevistados tem o entendimento do quão seu papel é vital à continuidade da cooperativa, mesmo no caso da cooperativa A, que ainda não encontrou uma forma mais simples de apresentar suas informações obrigatórias aos associados. Porém, o diretor administrativo se faz presente nas assembleias, uma vez que o fato de já ter exercido a função de contador, contribui para transmitir confiança aos associados.

4.3 Contabilidade comunicativa na atuação do profissional contábil

A informação é a palavra chave quando se fala em comunicação, seja em qual for o âmbito, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 511) “a divulgação financeira deve fornecer informação útil à tomada de decisões racionais de investimento, concessão de crédito etc. por investidores e credores atuais e futuros, bem como outros usuários”. Logo, a informação contábil deve ser suficientemente clara para que possa produzir o efeito necessário de influenciar e subsidiar tomada de decisões.

É neste contexto, de prestar informações, que o profissional contábil se configura, como sendo de vital importância na condução aos rumos a serem seguidos pelas cooperativas. No entanto, mesmo sendo figura ímpar neste processo, é sempre necessário que o transmissor das informações tenha sua atenção voltada ao receptor, pois é ele o princípio orientador para

qualquer fonte de comunicação. Quando o transmissor escolhe um código para a mensagem, deve escolher um que seja conhecido do receptor, de mesma forma quando seleciona o conteúdo deve sempre considerar um que tenha significação ao mesmo.

A teoria da comunicação pode contribuir para o aperfeiçoamento da interpretação das informações obtidas, visto que clareza, confiabilidade, relevância, seletividade, poder explicativo, tempestividade, custo e velocidade são características necessárias à informação contábil. É oportuno lembrar que, segundo Dias Filho e Nakagawa (2001), para completar a análise sobre o processo de comunicação, são necessárias algumas observações a respeito do canal, que é o veículo utilizado para transportar a mensagem, seja ele falando, utilizando linguagem gráfica, demonstrando fisicamente, ou por meio de outros relatórios.

Desse modo, a decisão sobre o tipo de canal utilizado no transporte da mensagem deve atender ao seu conteúdo, ao código utilizado, e às características do receptor. Sendo assim, todos os elementos que compõem o processo de comunicação devem ser considerados de forma integrada, e nunca isoladamente.

As características da teoria da comunicação, voltadas à contabilidade, podem ser vistas em três das cooperativas analisadas durante a realização do estudo, são elas B, C e D. No caso da cooperativa A, as informações apresentadas durante a prestação de contas são de cunho obrigatório e não se apresenta nenhum relatório adicional ou forma diferenciada de expor a informação, e que contribua para transmitir a mensagem contábil de forma mais clara, ou seja, acessível aos associados.

Segundo o diretor administrativo, a mensagem contábil emprega muitos termos técnicos, que dificultam ainda mais o processo de transmissão de informações contábeis. Em suas palavras, não se encontrou ainda um meio termo, ou seja, um equilíbrio das informações a serem transmitidas “o profissional contábil não é um relações públicas”.

Ainda segundo o diretor administrativo da cooperativa A, quando as demonstrações são apresentadas de maneira resumida, tem-se a impressão de que faltam informações. E quando se fornece todas as informações legais na linguagem eminentemente contábil, pouco se entende. Embora se trabalhe com profissionais graduados e com nível de conhecimento relativamente alto, ainda existe muita dificuldade em relação ao entendimento das informações contábeis. Em suas palavras “a linguagem contábil é um entrave muito difícil de ser superado”.

Por outro lado, na cooperativa B, as informações contidas no relatório, que como já visto anteriormente é trimestralmente enviado aos associados, são elencadas pelo próprio presidente que, por conhecer os interesses dos associados, ressalta as principais receitas e

despesas e pontua as contas mais importantes a serem analisadas. Facilitando assim o entendimento de todos sobre as questões financeiras e contábeis.

Esta iniciativa, facilita o processo de prestação de contas na assembleia anual, pois os associados têm mais tempo para analisar as informações e identificar pontos passíveis de esclarecimentos. Quanto aos termos empregados na prestação de contas, o presidente alega que a linguagem, não é mais vista como um entrave, pois é voltada especificamente aos associados, desprovida de termos técnicos que possam confundir ou dificultar o entendimento

No caso da cooperativa C, o próprio contador, além de selecionar as informações a serem transmitidas, faz a apresentação das mesmas, seja ela mensalmente, em nível de conselho fiscal, ou anual, na assembleia de prestação de contas voltada aos representantes das cooperativas associadas.

Com relação às informações prestadas à diretoria, são basicamente as fornecidas na demonstração de resultado. No entanto, o próprio contador desenvolveu uma ferramenta que permite uma estimativa do resultado mensal antes do fornecido pela contabilidade, pois segundo ele, o interesse administrativo é voltado ao resultado.

Na prestação de contas mensalmente feita ao conselho fiscal, o contador costuma apontar os números mais relevantes, no entanto, trimestralmente, repassa conta por conta das demonstrações a fim de fixar sobre o que se trata cada uma, pois são eles os representantes diretos dos associados das unidades cooperativas.

Importante frisar que repassar o significado e abrangência das contas do plano de contas, certamente é uma iniciativa muito positiva, pois desta forma o contador conseguiu superar os entraves causados pelos termos técnicos.

Na prestação de contas anual, são tratados assuntos de cunho geral, quanto à parte especificamente contábil, o contador afirma que não dura mais de 10 minutos, pois ele apenas aponta as contas mais importantes do balanço e da demonstração do resultado. Para o contador, o que realmente é analisado e esperado é a apresentação do lucro e como serão investidas as sobras.

Nas assembleias anuais, o contador também aponta a linguagem contábil como um entrave, assim como a disparidade no nível de conhecimento técnico dos representantes das cooperativas. No entanto, busca não empregar os termos técnicos, mais sim, utilizar uma linguagem que facilite o entendimento das informações contábeis a serem transmitidas.

Todavia, ainda, segundo o contador, de 75% a 80% dos presentes está exclusivamente interessado no lucro e não em outras informações de cunho contábil. Sendo assim, é dispensado apresentação de relatórios adicionais, pois das sete assembleias que já apresentou,

em apenas três alguém teve alguma dúvida em questões contábeis. Um dos fatores que pode explicar a falta de interesse dos associados em outras informações que não apenas o lucro, seja por desconhecer seu real significado uma vez que nem sempre o lucro é fator primordial de crescimento e saúde econômica, muito menos financeira.

Na cooperativa D, a contabilidade é elaborada diretamente na cooperativa, e para a contadora, o profissional contábil é quem detém todas as informações necessárias à continuidade de entidade. “Aquele contador que só apresenta balanços não tem mais espaço, ele precisa participar do rumo da empresa, detectar situações e chamar atenção, ou seja, exercer a função gerencial da contabilidade e participar da administração” (Contadora, cooperativa D). Destaca ainda que o processo de prestação de contas é parte imprescindível para continuidade da cooperativa.

Na prestação de contas, a utilização de uma linguagem popular aos cooperados, no caso médicos, é vital para o sucesso na transmissão das informações. No entanto, ainda assim a contadora afirma que há situações em que alguns termos não têm como ser substituídos, e nestes casos o que se faz é um breve resumo do que aquele termo retrata. Exemplificando, segundo suas palavras “neste ponto do balanço temos o ativo circulante que significa o que vocês tem disponível”.

A contadora atua diretamente na elaboração da mensagem a ser transmitida nas assembleias, pois é a própria que seleciona as informações mais relevantes, de forma que ela consiga inserir os médicos neste processo. Também segundo suas palavras “tudo fica mais interessante quando o associado se sente parte do processo”, sendo assim ela elenca as informações das contas contábeis que sejam mais relevantes aos seus associados, como a remuneração dos médicos, receitas de intercâmbio e o próprio resultado financeiro. Desta forma, a mensagem que será transmitida fica mais próxima do cotidiano profissional e garante que as decisões tomadas e votadas sigam o curso definido pela administração, visando sempre à continuidade e prosperidade da instituição.

Embora as demonstrações contábeis obrigatórias tenham que necessariamente ser apresentadas nas assembleias, independentemente do ramo de atuação da cooperativa, os relatórios adicionais são vistos como um facilitador no processo de apresentação das demonstrações contábeis, pois pontuam as contas mais significativas.

Ainda segundo a contadora, a apresentação das demonstrações obrigatórias não é suficiente, pois emprega a utilização de termos especificamente contábeis. Para simplificar o processo, faz uso de informações adicionais, que enxugam estas informações, o que é

fundamental para o entendimento das questões contábeis, pois atua como mediador da informação contábil e o receptor da mensagem, no caso o associado.

Os recursos gráficos e a apresentação dos indicadores também é uma forma de contribuir para o entendimento da informação, pois facilita a comparação com outros períodos. A contadora entende que uma das questões fundamentais levantadas pela teoria da comunicação, é a de que o recurso gráfico estreita caminhos entre a informação e o informado, pois é uma ferramenta muito útil para facilitar o entendimento dos associados.

A boa relação entre o profissional contábil e os associados também pode ser apontado como um facilitador neste caso, pois contribui no processo de transmitir segurança naquilo que está sendo informado, e permite maior liberdade de questionamentos por parte dos associados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transmissão das informações contábeis a diferentes extratos de usuários apresenta dificuldades consideráveis no que tange ao entendimento das informações produzidas. Pode-se perceber com a realização deste estudo, com base nos depoimentos dos dois contadores entrevistados, do presidente e do diretor administrativo, que os usuários possuem restrições quanto ao entendimento especializado das demonstrações obrigatórias, o que realmente é preocupante, pois são eles os donos, é para eles e por eles que as cooperativas são fundadas.

Contudo, é notável a presença de aspectos seja da contabilidade comunicativa ou da teoria da comunicação em três das quatro cooperativas alvo deste estudo. Pois são empregados recursos que fazem o papel de facilitador e a linguagem é voltada ao usuário desta informação, com o intuito de torná-la mais clara.

Pode-se perceber esse interesse em transmitir a informação de forma clara nos depoimento dos entrevistados, quando admitem que a linguagem contábil é de difícil entendimento e justamente por este motivo, procuram substituir termos ou explicar o que ele representa, como foi exemplificado da análise dos resultados.

Acredita-se ser pertinente continuar investindo na produção de relatórios adicionais, que transmitam as informações contábeis, mas de maneira simplificada, que destaquem os números mais significativos e os de maior interesse dos associados. É fundamental que a informação seja transmitida em uma linguagem de fácil entendimento a todos, como é feito nas cooperativas de educação, saúde e produção estudadas.

Outra possível forma de superação do entrave da comunicação é que já é visto na cooperativa de produção, é a transmissão de informações a representantes que se encarregam de repassar estas informações a grupos maiores. Onde trimestralmente é fixado o significado contábil das principais contas do balanço, com o intuito de garantir o entendimento das informações que serão prestadas posteriormente.

E por fim, espera-se que este trabalho possa motivar a realização de estudos mais aprofundados sobre a comunicação contábil, seja dentro de cooperativas de outros segmentos ou em âmbito espacial mais amplo, com o intuito de cada vez mais identificar meios de superar os entraves na transmissão das informações contábeis, contribuindo para difundir a importância da linguagem contábil e se aproximar cada vez mais dos usuários das informações.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>> Acesso em: 04 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 21 de setembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 01 mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/leis/lei6404.html>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

BECKER, Alvido. **Auditoria Externa Aplicada às Sociedades Cooperativas: Aspectos Patrimoniais, Formais e Sociais**. São Paulo: IOB Thomson, 2004.

CHIDELMIR. **Sociedades Cooperativas**. Disponível em: <<http://chidelmir.no.comunidades.net/>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/>>. Acesso em 02 mai. 2015.

COTRIN, Anderson M.; SANTOS, Aroldo L. dos.; ZOTTE, Laerte J. **A evolução da Contabilidade e o Mercado de Trabalho para o Contabilista**. Revista Conteúdo, Capivari, v.2, n.1, jan./jul. 2012.

DIAS FILHO, José Maria.; NAKAGAWA, Masayuki **Análise do Processo da Comunicação Contábil: Uma Contribuição para a Solução de Problemas Semânticos, Utilizando Conceitos da Teoria da Comunicação**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIPECAFI, v.15, n. 26, p. 42 - 57, maio/agosto 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zarotto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMIRIO, Aline G. Silva. **A Evolução da Profissão Contábil**. Goiás, dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Adri/Downloads/art1_evolucao_profissao_contabil_cad_contabeis%20.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2009.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

OLIVEIRA, Emanuelle. **Estudo de Caso**. Disponível em:

<<http://www.infoescola.com/sociedade/estudo-de-caso/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

RIBEIRO FILHO, José F.; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos.; GOUVEIA, Fernanda H. C.; VIEIRA, Patrícia dos S. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas: Aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Mário. **Características da entrevista semi-estruturada**. Mai 2008. Disponível em: <<http://mariosantos700904.blogspot.com.br/2008/05/caractersticas-da-entrevista-semi.html>> Acesso em: 13 jun. 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. Disponível em <http://www.ocb.org.br/site/sescoop/>. Acesso em: 10 mai. 2015.

SILVA, Sandro T. Munakata da. **Teoria da Comunicação nos Estudos de Relações Públicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

VIANNA, Cleverson Tabajara. **Classificações das Pesquisas Científicas - Nota para os alunos**. Dissertação (Mestrado em Administração) – FEA-USP. Florianópolis, 2013, 2p. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/cleversontabajara1/metodologia-cientifica-tipos-de-pesquisa-ultimate>>. Acesso em: 17 jun. 2015